



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

JEFFERSON HENRIQUE DA SILVA

SOLIDARIEDADE SEM TETO: ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DOS  
TRABALHADORES SEM TETO EM RECIFE EM TEMPOS DA PANDEMIA DA  
COVID-19

RECIFE, 02 DE MAIO DE 2023.

JEFFERSON HENRIQUE DA SILVA

SOLIDARIEDADE SEM TETO: ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DOS  
TRABALHADORES SEM TETO EM RECIFE EM TEMPOS DA PANDEMIA DA  
COVID-19

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Graduação em  
Serviço Social, da Universidade Federal  
de Pernambuco, como requisito parcial  
para obtenção do grau de Bacharel em  
Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Roberta Uchôa

RECIFE, 02 DE MAIO DE 2023.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Jefferson Henrique da.

Solidariedade sem teto: atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto em Recife em tempos da pandemia da Covid-19 / Jefferson Henrique da Silva. - Recife, 2023.

49 : il.

Orientador(a): Roberta Uchôa

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, , 2023.

1. COVID-19. 2. Serviço Social e movimentos sociais. 3. Solidariedade de classe. 4. Movimento Sem-Teto. 5. MTST. I. Uchôa, Roberta. (Orientação). II. Título.

360 CDD (22.ed.)

JEFFERSON HENRIQUE DA SILVA

SOLIDARIEDADE SEM TETO: ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DOS  
TRABALHADORES SEM TETO EM RECIFE EM TEMPOS DA PANDEMIA DA  
COVID-19

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Graduação em  
Serviço Social, da Universidade Federal  
de Pernambuco, como requisito parcial  
para obtenção do grau de Bacharel em  
Serviço Social.

Aprovado em: 09/05/2023

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Roberta Uchôa (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Flávia Clemente (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho a todos e a todas que vieram antes de mim.

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço e dedico este TCC para aquele que vem primeiro:  
Exu. Laroyê!

Meu mais profundo e eterno agradecimento à minha mãe, Maria Aparecida da Silva (*in memorian*). Neste momento, ela estaria muito feliz. Se eu cheguei até aqui, foi porque os caminhos foram pavimentados por aqueles e aquelas que me antecederam e, nesses caminhos, lá estava mais uma Maria. No sol e na chuva.

Agradeço a todos os companheiros e companheiras, que me incentivaram e me apoiaram no decorrer do Curso de Graduação em Serviço Social.

Agradeço aos amigos e às amigas que construí durante os anos do Curso de Graduação em Serviço Social. Vocês fizeram parte da minha formação e continuam a fazer parte da minha rede.

Agradeço à Maria Valentina, quem me ensina o que é ser pai.

Por fim, especialmente, agradeço à professora Roberta Uchôa pela parceria e paciência.

Adupé!

A única luta que se perde é aquela que se abandona (Carlos Marighella).

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso descreve as iniciativas de solidariedade de classe promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) em Recife durante a pandemia da Covid-19, entre março de 2020 e outubro de 2022. Em virtude das crises econômica, política e sanitária exacerbadas pela omissão do Estado brasileiro durante a pandemia, destacamos a atuação do MTST, especialmente as ações voltadas para promoção da segurança alimentar e nutricional desenvolvidas na Cozinha Solidária Vila Santa Luzia, situada no bairro da Torre, zona oeste do Recife. Através de uma análise descritiva e de relato de experiência, este trabalho busca compreender o papel do MTST na promoção da solidariedade de classe durante a pandemia e a sua relevância, uma vez que, na ausência de políticas sociais públicas que garantam o direito à alimentação da população brasileira, estas iniciativas do MTST se mostraram essenciais na luta pela erradicação da fome e da pobreza.

**Palavras-chave:** Covid-19; Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto; Solidariedade de Classe.

## **ABSTRACT**

This thesis describes the class solidarity initiatives promoted by the Homeless Workers' Movement (MTST) in Recife during the Covid-19 pandemic, between March 2020 and October 2022. Due to the economic, political, and health crises exacerbated by the Brazilian state's omission during the pandemic, we highlight the MTST's actions, especially those aimed at promoting food security and nutrition developed in the Solidarity Kitchen Vila Santa Luzia, located in the Torre neighborhood, west zone of Recife. Through a descriptive analysis and experience report, this work seeks to understand the role of the MTST in promoting class solidarity during the pandemic and its relevance, since, in the absence of public social policies that guarantee the right to food for the Brazilian population, these MTST initiatives have become essential in the fight against hunger and poverty.

**Keywords:** Class solidarity; Covid-19; Homeless Workers' Movement.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 –	Distribuição de kits de material de limpeza na Ocupação Carolina de Jesus (Recife)	38
Figura 02 –	Distribuição de cestas básicas no Cuca Legal (Olinda)	39
Figura 03 –	Fila de entrega de marmitas na Cozinha Solidária Vila Santa Luzia (Recife)	41

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM - Banco Mundial  
BNH - Banco Nacional de Habitação  
BF - Programa Bolsa Família  
CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais  
CEF - Caixa Econômica Federal  
COHAB - Conjunto Habitacional  
CONSEA - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional  
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais  
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional  
FCP - Fundação da Casa Popular  
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço  
IPC - Índice de Preços do Consumidor  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
LIP - Linha Internacional da Pobreza  
LSCM - Liga Social Contra o Mocambo  
MCMV - Minha Casa, Minha Vida  
MCMV-E - Minha Casa, Minha Vida Entidades  
MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
OMS - Organização Mundial de Saúde  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar  
PCR - Prefeitura da Cidade do Recife  
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNH - Plano Nacional de Habitação  
PPP - Paridade do Poder de Compra  
RGPS - Regime Geral da Previdência Social  
SNHI - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social  
SSCM - Serviço Social Contra o Mocambo  
SUAS - Sistema Único de Assistência Social  
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>AGRAVAMENTO DA POBREZA DURANTE A COVID-19 NO BRASIL</b>	<b>19</b>
<b>3</b>	<b>POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL E O SURGIMENTO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO</b>	<b>23</b>
<b>4</b>	<b>RELATO DE EXPERIÊNCIA COM AS COZINHAS SOLIDÁRIAS: REFLEXÕES E VIVÊNCIAS QUE ALIMENTAM A PRÁXIS</b>	<b>36</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>43</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>45</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em 2020, como no resto do mundo, o Brasil passou a enfrentar a pandemia causada pelo novo coronavírus (SARS-Cov-2), mais conhecido como Covid-19. No país, o primeiro caso foi confirmado em fevereiro<sup>1</sup>; e em Pernambuco, em março<sup>2</sup>.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) passou então a emitir orientações com a finalidade de reduzir o contágio e a disseminação desse vírus. Entre as estratégias de contenção da circulação do vírus estavam o isolamento social e o uso de máscara nos espaços públicos e privados. Contudo, em um país marcado por profundas desigualdades sociais, as orientações passaram a ter profundos rebatimentos na classe trabalhadora brasileira.

De acordo com dados da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), do Ministério da Saúde (BRASIL, 2023), de 27/03/2020 a 31/12/2022, 693.853 mil pessoas morreram no país em decorrência da Covid-19. O alto número de óbitos, em diversos momentos, levou o Brasil a estar entre os países com as maiores taxas de mortes do mundo.

O atraso na aquisição das vacinas por parte do Governo Federal foi um dos determinantes para alta mortalidade, uma vez que, ainda em maio/2020, este recebeu propostas de laboratórios para compra de vacinas, mas somente em janeiro/2021, iniciou a vacinação,

A Diretoria Colegiada (DICOL), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) concedeu autorização temporária de uso emergencial, em caráter experimental, da vacina Covid-19 (recombinante) – Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em reunião da Diretoria Colegiada ocorrida no dia 17 de janeiro de 2021 (BRASIL, 2021).

Além das gravíssimas consequências na área da saúde, a pandemia gerou a paralisação das economias mundial e nacional com inúmeros efeitos sobre a classe trabalhadora, entre elas, demissões em massa, queda na renda da população, maior insegurança alimentar e aumento da população em situação de rua, dos despejos, das ocupações urbanas, da pobreza e da extrema pobreza.

<sup>1</sup> Governo Federal. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/02/brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavirus#:~:text=O%20Brasil%20confirmou%2C%20nesta%20quarta.para%20lt%C3%A1lia%2C%20regi%C3%A3o%20da%20Lombardia>. Acesso em 03 de jan de 2023.

<sup>2</sup> Folha de Pernambuco. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/casal-do-recife-sao-primeiros-casos-de-coronavirus-em-pernambuco/133219/>. Acesso em 03 de jan de 2023.

De acordo com o “II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia do Covid-19 no Brasil” (II VIGISAN), realizado pela Rede PENSSAN, com apoio de várias organizações, entre elas, a OXFAM Brasil, 33,1 milhões de pessoas no país passaram fome (REDE PENSSAN, 2022). Em 2022, somente 04 (quatro) em cada 10 (dez) domicílios conseguiram acessar o direito à alimentação plena. Dos domicílios com insegurança alimentar, a maioria estavam nas regiões Norte e Nordeste e eram compostos por pessoas negras, mulheres e com crianças, em um claro retrato da agudização das expressões da questão social no país. No auge da pandemia da Covid-19, particularmente nos dois primeiros anos, tornou-se evidente que não houve promoção de políticas públicas de segurança alimentar, como recomenda a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) (Lei nº 11.346/2006) (BRASIL, 2006). Na verdade, houve redução dos investimentos públicos federais nesta área.

Na verdade, o desmonte das políticas de segurança alimentar e nutricional ocorreu antes mesmo da chegada da pandemia, uma vez que o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) foi extinto através da Medida Provisória (MP) nº 870/2019, assim que o governo Bolsonaro tomou posse, em janeiro/2019, em uma clara sinalização da falta de compromisso dele com estas políticas. Esta MP foi posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional através da Lei nº 13.844/2019.

Além disso, apesar do agravamento da pandemia, nacional e internacionalmente, o Governo Federal tomou outras medidas governamentais que acentuaram a insegurança alimentar no país, a exemplo do Programa de Aquisições de Alimentos (PAA), que passou a ter nova estrutura e nomenclatura, e cortes drásticos no orçamento, como apontado pela Revista Carta Capital (2022):

O Programa, que era chamado de Programa de Aquisição Alimentos foi rebatizado pelo governo Bolsonaro de Alimenta Brasil, chegou a ter 586 milhões de reais aplicados em 2012. Em 2019, primeiro ano de governo do ex-capitão, os recursos disponíveis para a compra de alimentos não passaram de 100 milhões. No ano seguinte, com o avanço da pandemia, emendas parlamentares fizeram que o Alimenta Brasil voltasse ao patamar dos 500 milhões de reais disponíveis. O governo, no entanto, executou menos de 300 milhões.

Dentre as consequências dessas medidas, de acordo com II VIGISAN, está o retorno do país ao mapa da fome (REDE PENSSAN, 2022).

Por outro lado, diversos movimentos sociais e populares passaram a desenvolver importantes trabalhos de solidariedade de classe para mitigar os impactos causados pela pandemia e pela falta de ação do Governo Federal. Diante do cenário de abandono social, mortes e fome em todo o país, em decorrência da pandemia, os movimentos sociais lançaram diversas iniciativas, como redes e fundos de solidariedade, para garantir alimentação, material de higiene, dentre outras necessidades a milhares de famílias de trabalhadores/as do campo e da cidade.

Dentre estes movimentos sociais, destacamos a atuação do maior movimento social urbano do país, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que lançou em diversos estados, inclusive em Pernambuco, campanhas de arrecadação de fundos financeiros, como o Fundo de Solidariedade para Famílias Sem Teto (MTST, 2020)<sup>3</sup>. Como afirma Gohn (2000), nas suas ações políticas, os movimentos sociais possuem papel decisivo na luta de classes.

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (p. 13).

Estas iniciativas dos movimentos sociais, particularmente do MTST, foram mobilizadoras para refletir, tanto pessoal como profissionalmente, sobre a solidariedade presente na classe trabalhadora brasileira, desde o início de sua organização política no Brasil e no mundo (MATOS, 2009).

Em uma sociedade marcada pela luta de classes, a história nos mostra que as crises de ordem econômica, política e/ou sanitária, atingem de maneira sistêmica a classe trabalhadora; e o cenário pandêmico da Covid-19, a partir de fevereiro/2020, no Brasil e no mundo, não foi exceção. Neste sentido, vale ressaltar que a atuação do MTST, baseada no princípio da solidariedade, durante a pandemia, foi direcionada à redução dos impactos dessas crises.

---

<sup>3</sup> MTST. Disponível em: <https://mtst.org/enfrentando-o-corona-na-periferia/>. Acesso em 02 de set de 2022.

As ocupações urbanas e os/as trabalhadores/as sem teto, forjados na luta pela moradia, protagonizaram diversos gestos de solidariedade nesse período crítico. O movimento social passou a intensificar, por exemplo, a pauta da alimentação como um direito. À época, foram firmadas parcerias com organizações da sociedade civil para recebimento e distribuição mensal de milhares de cestas básicas nas ocupações do MTST, bem como abertura de cozinhas solidárias para produção e distribuição de refeições à população em vulnerabilidade alimentar e nutricional.

A “Cozinha Solidária” faz parte de um projeto nacional desenvolvido pelo MTST para instalar cozinhas comunitárias em áreas urbanas de vulnerabilidade social. Em Recife, em maio/2021, foi inaugurada uma Cozinha Solidária na Vila Santa Luzia, bairro da Torre, zona oeste da cidade. Esta Cozinha Solidária foi construída após ocupação de terreno ocioso pertencente à Prefeitura da Cidade do Recife (PCR). Este equipamento social passou a receber doações de alimentos, produzir e distribuir centenas de marmitas diariamente a pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, particularmente do entorno do bairro da Torre.

Por se tratar de iniciativa de solidariedade de um dos mais importantes movimentos sociais urbanos brasileiros, resolvemos registrar esta experiência, através da elaboração deste TCC para que esta ação seja conhecida, divulgada e sobretudo, não seja apagada/silenciada da memória coletiva dos trabalhadores/as. Dar visibilidade às cozinhas solidárias é fundamental para reforçar e nutrir a solidariedade de classe entre os/as trabalhadores/as.

Outro aspecto pertinente da importância do registro desta experiência refere-se ao posicionamento político, pautado nos princípios fundamentais e dos direitos do assistente social, inscritos no Código e Ética do(a) Assistente Social, dentre eles a defesa intransigente dos direitos humanos, neste caso o direito à alimentação, bem como “apoiar e participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos da cidadania” (CFESS, p. 34, 2012).

Neste sentido, o objetivo geral do presente trabalho foi analisar as diversas ações de solidariedade territoriais promovidas pelo MTST em Recife e Olinda (municípios onde há atuação do movimento social em Pernambuco) durante a pandemia da Covid-19 (2020 e 2022); e os objetivos específicos foram 1) Descrever as ações de solidariedade desenvolvidas pelo MTST durante a pandemia da

Covid-19; 2) Sistematizar matérias online de veículos de informação alternativos, oficiais e do MTST sobre suas atividades territoriais desenvolvidas durante a pandemia de Covid-19; 3) Relatar a experiência pessoal no desenvolvimento das ações de solidariedade do MTST durante a pandemia da Covid-19.

Este TCC teve seus procedimentos metodológicos pautados na teoria crítico-dialética, tendo em vista sua capacidade de análise da sociedade através da perspectiva de totalidade, pois, de acordo com Netto (2011, p. 42):

Marx distingue claramente o que é da ordem da realidade, do objeto, do que é da ordem do pensamento (o conhecimento operado pelo sujeito): começa-se “pelo real e pelo concreto”, que aparecem como dados; pela análise, um e outro elementos são abstraídos e, progressivamente, como avanço da análise, chega-se a conceitos, as abstrações que remetem a determinações as mais simples.

Para seu desenvolvimento, inicialmente, foi realizado levantamento de publicações sobre ações realizadas pelo MTST, com destaque para matérias online de veículos de informação alternativos, a exemplo da “Marco Zero Conteúdo” e do “Jornal Brasil de Fato”, bem como de outras mídias virtuais, como a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC). Além disso, recorreremos às publicações do MTST em suas redes sociais, que consideramos pertinentes na contextualização deste trabalho.

Por fim, utilizamos registros do diário de campo, que contém, inclusive, anotações de conversas realizadas com usuários e trabalhadores voluntários da Cozinha Solidária da Vila Santa Luzia, bem como com militantes locais e nacionais do MTST. Para descrever esta vivência, utilizamos a técnica de “relato de experiência”, considerando a participação do autor nas atividades organizadas por este movimento social, durante a realização das disciplinas Estágio I e Estágio II, por intermédio da ONG Fase, nos semestres 2021.2 e 2022.1.

Para dar conta de todas estas questões, o presente TCC foi dividido em 04 (quatro) capítulos. No primeiro, introdução, que aqui se encerra, apresentamos brevemente o objeto, a justificativa, os objetivos e a metodologia do estudo; no segundo, descrevemos a situação de pobreza da população brasileira devido à crise econômica e social, agravada pela pandemia da Covid-19, iniciada em 2020; no terceiro, fizemos um breve histórico das políticas públicas habitacionais desenvolvidas no país desde a década de 1930, com atenção particular à década de 1990, cuja crise habitacional fez surgir o MTST no Brasil; no capítulo quarto,

relatamos nossa experiência durante a ocupação realizada pelo MTST que criou a primeira (e única) Cozinha Solidária em Recife e por fim, nas considerações finais, tecemos comentários sobre nossa experiência como militante do respectivo movimento social na minha formação acadêmica e política.

## 2 AGRAVAMENTO DA POBREZA DURANTE A COVID-19 NO BRASIL

A grave crise humanitária, em decorrência do novo coronavírus, não atingiu de maneira uniforme as diferentes camadas sociais e setores econômicos. Diante do estado de calamidade pública, medidas de prevenção e contenção à Covid-19 foram adotadas, a exemplo do isolamento social e do *lockdown*, que trouxeram impactos no campo da economia. Fontes (2020) pondera que, para além desta crise, já estava em curso uma nova crise do capital em decorrência da superprodução, isto é, do excesso da extração de mais valor e da lucratividade do próprio sistema. Esta nova crise do capital é inerente ao capitalismo, devido a sua sede de exploração e expropriação, como a que ocorreu em 2008 em todo o mundo, agravou a crise social e a sanitária.

Dentre as várias compreensões do fenômeno da pobreza está a de expressar múltiplas facetas da questão social, como destaca Yazbek,

[A pobreza é] expressão direta das relações vigentes na sociedade, localizando a questão no âmbito de relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual, em que convivem acumulação e miséria (2012, p. 289).

A respeito da questão social, Yamamoto (2014) afirma que esta é “um conjunto de expressões que designam a manifestação das desigualdades sociais na sociedade capitalista, resultante das contradições entre o capital e o trabalho, que afetam as condições de vida e de trabalho das classes subalternas” (p. 30).

Na obra prima “O Capital”, Marx apresenta na Lei Geral de Acumulação Capitalista, o conceito da produção da mais valia, ou seja, da produção de excedente para além daquilo que é pago ao trabalhador (MARX apud GARCIA; TUMOLO, 2009), que “possibilita compreender que a pobreza do trabalhador se constitui em consequência e condição necessária da existência do regime, e é justamente essa condição de necessidade que a coloca como base essencial da riqueza” (p.120).

Para se medir os níveis de pobreza e de extrema pobreza, a maioria dos países adota o critério de linha internacional da pobreza, definido pelo Banco Mundial (BM). De acordo com esta linha internacional da pobreza, é pobre quem sobrevive por dia com até U\$5,50 (cinco dólares e cinquenta centavos) e extremamente pobre quem sobrevive por dia com até U\$1,90 (um dólar e noventa

centavos). Estes critérios são baseados na *Purchasing Power Parity* (PPP), ou seja, Paridade do Poder de Compra, correspondente ao poder de compra e de acesso a serviços básicos entre as nações. Mas, como afirma Oliveira (2008), apesar de medir a pobreza, “nenhuma das ações promovidas pelo Banco Mundial irá em direção contrária da redução da desigualdade social, ou ainda sua eliminação, já que suas intervenções são condicionadas em defesa do grande capital” (p. 251).

Esta linha é alvo de críticas por diversos economistas, uma vez que para medir a pobreza considera somente a ausência de renda, sem levar em conta necessidades sociais básicas e outros condicionantes (KAKWANI, 2006). Segundo Oliveira (2018), o BM é “parte das corporações capitalistas [com] prática e ideologia favorável à acumulação capitalista, ainda que indique a erradicação da pobreza” (p. 248).

No Brasil, em 2019, ano que antecede à pandemia, dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstram que a pobreza teve uma ligeira queda, enquanto a extrema pobreza se manteve estável (IBGE, 2019). Neste ano, cerca de 51,7 (cinquenta e um milhões e setecentas mil) pessoas viviam abaixo da linha de pobreza; desta população, era considerada extremamente pobre cerca de 13,6 (treze milhões e seiscentas mil) de pessoas. Ainda de acordo com o IBGE, 56,8% da população extremamente pobre viviam no Nordeste.

Embora os dados de 2019 tenham diminuído e se mantido estável, quando comparados a 2014, período com baixo nível de desemprego e expansão das políticas sociais de combate à pobreza, a exemplo do Programa Bolsa Família (BF), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dentre outros; houve um aumento de 4,7 (quatro milhões e setecentas mil) pessoas na extrema pobreza. Este aumento, entre 2014 e 2019, evidencia que as políticas neoliberais adotadas, particularmente, após o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2016, contribuíram para o aumento da população pobre do país (IBGE, 2019).

Entre 2020 e 2021, período crítico da pandemia, de acordo com o IBGE, houve aumento da população abaixo de linha da pobreza para 62,5 (sessenta e dois milhões e quinhentas mil) pessoas, com cerca de 17,9 (dezessete milhões e novecentas mil) pessoas em extrema pobreza. “Os números apurados representam um recorde desde o início da série histórica, em 2012” (CNN, 2022, s/p).

Além do aumento da pobreza, as medidas de prevenção à Covid-19 adotadas (isolamento social e *lockdown*) imprimiram uma nova dinâmica no campo do trabalho

em diversos setores da economia. Dentre os impactos negativos destas medidas, destaca-se o aumento gradativo das demissões, tanto no mercado formal, quanto informal. Uma parcela significativa do empresariado nacional, para garantir seus lucros, em decorrência do desaceleramento e/ou da suspensão completa de suas atividades, não se responsabilizou por seus empregados e, simplesmente, os demitiram.

De acordo com o IBGE (2021), em 2019, o percentual de desemprego da população economicamente ativa mantinha-se alto (11,9%), com pequenas oscilações. Este percentual chegou a 13,5% em média em 2020, correspondendo a 13,4 (treze milhões e quatrocentas mil) pessoas sem trabalho formal no primeiro ano da pandemia, maior percentual registrado desde 2012. Além do aumento dos desempregados, em 2020, houve também aumento de 16% das pessoas, que por inúmeros motivos, desistiram de procurar emprego, perfazendo um total de 5,5 (cinco milhões e quinhentas mil) pessoas em desalento.

Neste cenário, por força da pressão popular, em abril, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 13.982/2020 e a Presidência da República assinou o Decreto nº 10.316/2020, que estabeleceu medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período da pandemia. Dentre estas medidas, estava a criação do benefício financeiro, denominado Auxílio Emergencial, para repassar 03 (três) parcelas mensais no valor de R\$600,00 (seiscentos reais). Para inclusão no Auxílio Emergencial foram definidos os seguintes critérios elegibilidade: 1) Estar inscrito no Cadastro Único da Assistência Social (CadÚnico); 2) Ser maior de 18 (dezoito) anos; 3) Não ter renda individual verificada no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS); 4) Ser Microempreendedor Individual (MEI); 5) Ser contribuinte individual do Regime Geral da Previdência Social (RGPS); e 6) Não estar na condição de agente público.

O Auxílio Emergencial foi uma medida de socorro capital às famílias da classe trabalhadora, que ficaram em condição de vulnerabilidade em decorrência da pandemia. No entanto, de acordo com Nalesso, Rizzotti e Mustafa (2021), “o auxílio está [estava] desenhado tanto pela negação da estrutura do SUAS, como pela lógica da financeirização e do consumo que têm ancoragem na proposta econômica [do governo]” (p. 228).

Além disso, como apontam as autoras (Idem, 2020), o Governo Federal não estava cumprindo o pressuposto legal de concessão do BF, pois apesar de

cumprirem os critérios de elegibilidade, o déficit de famílias sem acessar este importante programa de inclusão social era de 2.655.142 (dois milhões, seiscentas e cinquenta e cinco mil, e cento e quarenta e duas) e 2.727.450 (dois milhões, setecentos e vinte sete mil, e quatrocentas e cinquenta), em janeiro e fevereiro/2020, respectivamente.

Outra questão importante relativa ao Auxílio Emergencial apontada por Silva, Sousa e Lima (2021) foi a sistemática improvisada e sem planejamento para cadastro e para concessão dos benefícios, particularmente, 1) Na exigência de inscrição online, via aplicativo de celular, de difícil acesso e manejo por parte da população beneficiária; 2) Demora no processo de análise das solicitações de inscrição dos beneficiários; e 3) Na definição da Caixa Econômica Federal (CEF) como banco exclusivo para concessão dos benefícios, o que dificultou o acesso às agências pagadoras, longas filas e aglomerações do público nas portas dessas agências.

Como a implementação das medidas de proteção social do Governo Federal, em resposta à pandemia e às pressões populares, ocorreu de forma lenta e improvisada, diversas entidades da sociedade civil brasileira se anteciparam e passaram a desenvolver ações sociais, sobretudo, ações de combate à fome, a exemplo do MTST e o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Desde março/2020, quando foi decretado o Estado de Calamidade Pública (Decreto Legislativo nº 06/2020), o MTST criou uma série de medidas para distribuição de alimentos, tanto entre as pessoas participantes de suas ocupações, como para outras pessoas vulneráveis. Estas ações, objeto de estudo do presente TCC, serão detalhadas nos capítulos seguintes.

### 3 POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL E O SURGIMENTO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO

Neste capítulo, apresentamos brevemente um histórico das políticas habitacionais no Brasil para compreendermos seu desenvolvimento e suas contradições, mas, particularmente para a compreensão do surgimento do MTST, um dos maiores movimentos sociais brasileiros.

Para que seja possível a discussão da política habitacional, enquanto política social são necessários alguns apontamentos sobre a questão racial deste país, que possui raízes fincadas na exploração da mão de obra escravizada por mais de 350 (trezentos e cinquenta) anos da sua formação econômica, política e social. Além disto, o país foi o último do mundo a abolir a escravidão, desse modo

[...] percebemos que as correntes formais deixaram de existir, mas o salto para que os(as) trabalhadores(as) negros(as) fossem reconhecidos(as) como parte constitutiva da insipiente nação brasileira tornou-se um longo e intolerável cortejo (GONÇALVES, 2018, p. 515).

A abolição da escravidão no Brasil não conferiu à população negra, até então escravizada, acesso ao mercado de trabalho, nem muito menos aos mínimos direitos políticos e sociais existentes no final do século XIX, como acesso à terra, restrito às oligarquias rurais, através da Lei de Terras, sancionada pelo Imperador Dom Pedro II, em 1850.

Sem que houvesse reparação por parte do Estado brasileiro à população negra escravizada, a abolição da escravidão levou à expulsão do campo desta população. Como pontua Gonçalves (2018),

[Os] egressos(as) das senzalas, foram encurralados(as) nas áreas mais precárias para fincar suas moradias, constituindo as primeiras aglomerações de favelas e compondo a grande franja de marginalizados(as) criada pelo modo de produção que surgia (p. 517).

Com o surgimento das primeiras manufaturas e o desenvolvimento das cidades, entre o final do século XIX e início do século XX, irrompe a questão social, inerente ao modo de produção capitalista emergente no Brasil. As lutas empreendidas pela nascente classe trabalhadora brasileira são inicialmente tratadas como “caso de polícia”, ou seja, são reprimidas violentamente pelas forças policiais do Estado e pelas forças repressivas dos aparelhos privados das classes dominantes (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Neste período, as relações de produção e as condições de trabalho e de vida do proletariado eram bem precárias. Iamamoto e Carvalho (2014) denunciaram como viviam os trabalhadores no Brasil,

Amontoam-se em bairros insalubres junto às aglomerações industriais, em casas infectas, sendo muito frequente a carência — ou mesmo falta absoluta — de água, esgoto e luz. Grande parte das empresas funciona em prédios adaptados, onde são mínimas as condições de higiene e segurança, e muito frequente os acidentes. O poder aquisitivo dos salários é de tal forma ínfimo que para uma família média, mesmo com o trabalho extenuante da maioria de seus membros, a renda obtida fica em nível insuficiente para a subsistência. O preço da força de trabalho será constantemente pressionado para baixo daquele nível pela progressiva constituição de um relativamente amplo exército industrial de reserva (p. 137).

A partir dos anos 1930, particularmente, do que se convencionou chamar de “Revolução de 1930”, que levou Getúlio Vargas à Presidência da República, as lutas empreendidas pela classe trabalhadora brasileira, passaram a ser tratadas pelo Estado brasileiro como “caso de política”, ou seja, passaram a ser objeto de políticas econômicas e sociais desenvolvidas pelo então Governo Federal brasileiro. No sentido de criar as bases e as condições necessárias ao desenvolvimento do modo de produção capitalista no país, durante seus 02 (dois) mandatos presidenciais (1930/1945 e 1951/1954), Getúlio Vargas criou uma série de instituições e órgãos públicos, a exemplo dos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. Contudo, sobre as políticas sociais, como destacam Behring e Boschetti (2016):

A primeira constatação é a de que seu surgimento no Brasil não acompanha o mesmo tempo histórico dos países de capitalismo central. Não houve no Brasil escravista do século XIX uma radicalização das lutas operárias, sua constituição em classe para si, com partidos e organizações fortes. A questão social já existente num país de natureza capitalista, com manifestações objetivas de pauperismo e iniquidade, em especial após o fim da escravidão e com a imensa dificuldade de incorporação dos escravos libertos no mundo do trabalho, só se colocou como questão política a partir da primeira década do século XX, com as primeiras lutas de trabalhadores e as primeiras iniciativas de legislação voltadas ao mundo do trabalho. É interessante notar que a criação dos direitos sociais no Brasil resulta da luta de classes e expressa a correlação de forças predominante (p. 78-79).

No que se refere à política de habitação, Engels (2015) assinala que,

[a] questão da moradia só poderá ser resolvida quando a sociedade tiver sido revolucionada a ponto de poder se dedicar à supressão da oposição entre cidade e campo, levada ao extremo pela atual sociedade capitalista. Não é a solução da questão da moradia que leva simultaneamente à solução da questão social, mas é pela solução da questão social, isto é, pela abolição do modo de produção capitalista que se viabiliza concomitantemente a solução da questão da moradia (p. 80).

No contexto brasileiro, podemos afirmar que as primeiras iniciativas de garantir abrigo à classe trabalhadora partiram do empresariado urbano emergente, a exemplo do empresário Jorge Street, dono de fábricas de tecelagem, em São Paulo. Entre 1911 e 1916, ele construiu a Vila Zélia, a primeira vila operária, com ruas, 198 (cento e noventa e oito) casas e diversas outras edificações, como farmácia e consultórios médicos e odontológicos, creche, jardim de infância, escolas para meninos e para meninas, armazém, açougue e restaurante, igreja, teatro, salão de baile, quadras esportivas e campo de futebol (FACULDADE DE ENGENHARIA E ARQUITETURA/USP, s/d).

Tais iniciativas tiveram o caráter de apaziguar os ânimos da classe operária, com fins de controle, ao mesmo tempo em que frações do empresariado, na ausência da intervenção governamental, propiciavam serviços assistenciais, ainda que fosse uma atividade pouco comum, como afirma Iamamoto e Carvalho (2014),

Quanto ao empresariado, será importante assinalar que sua preocupação com o social, seu novo espírito social, é um fenômeno recente que aparece apenas a partir da desagregação do Estado Novo e término da Segunda Guerra Mundial. Representa uma adaptação à nova fase de aprofundamento do capitalismo sob uma conjuntura política diferenciada e sua adesão às novas formas de dominação e controle do movimento operário, cuja especificidade será dada pelo populismo e desenvolvimento, onde a procura do consenso se sobrepõe à simples coerção. O patronato, a burguesia industrial que solidifica sua organização enquanto classe no período em foco, estará firmemente ancorada nos princípios do liberalismo do mercado de trabalho, e privatismo da relação de compra e venda da força de trabalho, como pressuposto essencial de sua taxa de lucro e acumulação. Toda a sua ação política – principalmente nos momentos em que cresce a pressão pela regulamentação social da exploração da força de trabalho – estará voltada para a manutenção desse estatuto (p. 144).

Na década de 1930, São Paulo e Rio de Janeiro tinham grande concentração de indústrias e compartilhavam de uma mesma “problemática”: o cortiço, que era “a forma de habitação popular mais antiga e que remonta ao início da industrialização no século XIX” (GOULART, 2011, p. 91).

A partir do Estado Novo, em 1937, nas diversas unidades da federação, governadores estaduais, conhecidos como “interventores”, foram nomeados por Getúlio Vargas. Em Pernambuco, foi nomeado Agamenon Magalhães (1937-1945), após o afastamento de Carlos de Lima Cavalcanti. No seu governo, inicia-se a urbanização do Recife, com vistas a seu embelezamento e modernização, sobretudo, para afastar do centro da cidade as precárias moradias dos/as trabalhadores/as, chamados de “mocambos”.

O censo de mocambos do Recife, realizado em 1939, mostrou que 164.837 pessoas moravam neste tipo de moradia, o que representava 50% da população da cidade. Destes moradores, 93% eram operários. O Recife, em 1940, era a 3ª cidade do país em número de habitantes. A população entre 1920 e 1930 aumentou em 46%. Este crescimento não se explica pelo seu desenvolvimento econômico, como em São Paulo e Rio de Janeiro, mas pela expulsão do homem do campo, sobretudo, pela crescente substituição dos engenhos de açúcar por usinas, como nova forma de relação de produção industrial do açúcar (GOMES, 1987). Como endossa Padilha (2008), a proliferação dos mocambos ocorreu pela expulsão dos/as trabalhadores/as da zona rural, em consequência da expansão do capitalismo no campo.

Da mesma forma que os cortiços em São Paulo e no Rio de Janeiro, os mocambos no Recife foram considerados como parte constitutiva da questão social, uma vez que a moradia dos trabalhadores era uma ameaça à saúde pública. Montalvão, Farias e Medeiros (2019 apud PANDOLFI, 1984, p. 59) destacam que de acordo com a Comissão Censitária da época, os mocambos eram construídos, sob os mangues e alagados do Recife, com barro batido, telhados e paredes de taipa, flandres e palhas, com ausência de saneamento básico.

À época, a solução encontrada pelo interventor Agamenon Magalhães para os mocambos foi de caráter higienista, ou seja, de sua retirada das áreas então consideradas nobres do Recife, pela simples e cruel derrubada das moradias e expulsão de seus moradores à periferia e morros da cidade. Neste sentido, em julho de 1939, o Governo Estadual criou a Liga Social contra os Mocambos (LSCM), com a finalidade de construir vilas operárias e de promover reeducação moral dos operários. A LSCM contou com a articulação de empresas para “transferir a população, acreditando que deste modo iria reduzir a construção espontânea dos mocambos, em Recife” (PADILHA, 2008, p. 82).

Padilha ainda menciona que,

[a] política habitacional foi um fracasso, pois não percebera que as pessoas não poderiam pagar e conservar as casas e tampouco retornar aos lugares de origem de onde tinham sido expulsas pela absoluta falta de condições de sobrevivência. Além de obrigar os moradores de mocambos destruídos a voltar para os seus lugares de origem, mandava aterrar os mangues para conseguir novos terrenos, contribuindo desse modo para as cheias dos rios (2008, p. 83).

Em 1945, com pouquíssimos resultados entregues e em decorrência de diversas denúncias, a LSCM foi extinta e substituída pelo “Serviço Social contra o Mocambo” (SSCM), que apesar de ter adquirido status de autarquia, continuou com os mesmos ideais e ações do órgão extinto.

Em 1946, no Governo de Eurico Gaspar Dutra, foi criada a Fundação da Casa Popular (FCP), como resposta do Estado às fortes pressões dos trabalhadores por moradia. De acordo com Motta (2014), a FCP, planejada ainda durante a gestão de Getúlio Vargas, foi a principal iniciativa da política habitacional e o primeiro órgão nacional criado para oferecer habitação às classes populares. Ainda que tenha abrangido várias funções relacionadas à política urbana em geral, a FCP se tornou inoperante devido à falta de recursos, de apoio político e de respaldo legal; e em decorrência dessas faltas, teve resultados limitados.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (JK) (1956-1959), apesar do apoio recebido e do significativo crescimento urbano e industrial brasileiro, a FCP continuou a não produzir resultados relevantes. O governo de JK, nacional-desenvolvimentista, marcado pelo Plano de Metas para desenvolver o país “50 anos em 05”, intensificou o processo de industrialização brasileira, particularmente, com a abertura do capital internacional para instalação da indústria automobilística, mas com poucos avanços no campo das políticas sociais públicas, inclusive, na política habitacional. Como aponta Motta, a FCP “em quase 20 anos de existência, produziu apenas cerca de 17.000 moradias, não tendo sido, como era a proposta inicial, o carro chefe da política habitacional do país” (2014, p. 4).

Já no Recife, no início da década de 1960, a partir da aliança firmada entre o presidente João Goulart (1961-1964), o governador de Pernambuco, Miguel Arraes (1961-1964) e o prefeito do Recife, Pelópidas da Silveira (1963-1964), o SSCM e a política habitacional foram redefinidas.

O projeto do Serviço Social contra o Mocambo do início da década de 1960 foi em uma direção oposta a dos últimos 20 anos ao promover mais autonomia aos moradores dos conjuntos habitacionais para decidir e participar na construção de sua própria comunidade. Essas alianças políticas que surgiram entre 1960 e 1964 formaram uma corrente de força que conseguiram mais ou menos manter uma postura coesa de diferentes setores do estado e entregaram experimentos político-urbanistas como o conjunto habitacional de autoconstrução Cajueiro Seco. Entretanto, essa coesão foi desfeita com o golpe de abril de 1964 (GAMA, 2022, s/p).

Na ditadura civil-militar (1964-1985), foi criado o Plano Nacional de Habitação (PNH), o primeiro e o maior dos governos ditatoriais. Motta (2014) assinala que além

das medidas diretamente relacionadas à habitação, o PNH tinha como objetivo estimular a economia, promover o progresso do país (através da criação de empregos e do fortalecimento do setor da construção civil) e, sobretudo, assegurar a ordem social por meio do controle das massas.

Em agosto de 1964, com apenas 04 (quatro) meses do golpe civil-militar, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), que financiou inúmeras habitações populares, a exemplo das unidades residenciais (UR) e conjuntos habitacionais (COHAB), voltadas à classe média. Na maioria das vezes, as UR e os COHAB foram construídos nas periferias dos grandes centros metropolitanos, em locais desprovidos dos serviços urbanos necessários à vida da classe trabalhadora, a exemplo de transporte urbano, escolas, unidades de saúde etc. De acordo com Boulos, o BNH, “não fez nada diferente de um banco privado ou de uma grande empreiteira. Seu objetivo sempre foi o lucro com a produção e financiamento de moradias” (2015, p. 38).

[O BNH] pretendia ser, no início, uma forma de dar legitimidade ao governo dos militares depois do golpe de 1964. A proposta, expressa inclusive em documentos, seria transformar o trabalhador em proprietário (de um imóvel) e, assim, ganhar a simpatia dos mais pobres ao regime repressivo e antipopular dos generais (p. 37).

Na década de 1970, diante das crises econômica e do petróleo, os governos militares passaram a adentrar as favelas e as periferias do país, nas regiões metropolitanas, para comprar terrenos irregulares e realizar projetos de construção de moradias populares. É importante destacar, que os movimentos sociais pela moradia e de resistência aos despejos nesses locais foram reprimidos e perseguidos pela ditadura civil-militar. Como aponta Oliveira e Moraes (2019),

A organização dos sem-teto passou a ganhar força política a partir da década de 1980, eclodindo em ocupações em várias cidades do país, motivando a reação repressiva e violenta do Estado. O movimento dos sem-teto construiu-se, assim, como um sujeito capaz de exercer a interlocução da sociedade com o Estado, no que tange às reivindicações do direito à moradia. Ressalta-se que o processo de organização dos sem-teto estimulou a criação de várias articulações populares, como: o Movimento de Favela (MDF), em 1977-1980; a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), em 1982; a Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR), a União do Movimento de Moradia (UMM) e o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR), todos em 1987; o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), em 1990; a Central de Movimentos Populares (CMP), em 1993; e o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem-Teto (MTST), em 1997. Organizações estas que retomaram as discussões da Reforma Urbana (p. 09).

Apesar das fortes demandas populares pela habitação e da instituição dos direitos sociais, a nova Constituição Federal, promulgada em 1988, não incluiu o direito à moradia, que somente foi conquistado com a aprovação da Emenda Constitucional nº 26/2000.

De acordo com Behring (2003), o governo de FHC foi marcado por um conjunto de contrarreformas de cunho neoliberal, vinculadas aos interesses do mercado financeiro, que acarretaram no desmonte de várias políticas sociais, particularmente, naquelas relacionadas a direitos conquistados pela classe trabalhadora. Como elucida Duriguetto (2014), a reestruturação produtiva, como resposta à crise do capital, resultou na flexibilização da produção, na precarização do mundo do trabalho e na perda de direitos sociais e trabalhistas.

Nesta conjuntura, a política de moradia foi voltada ao favorecimento da classe média, evidenciado a partir da determinação da questão da moradia pelo reconhecimento ou não de uma “cidade ilegal”, de acordo com o perfil dos territórios, como apontam Moreira e Leme,

Os principais pontos de relevância do governo FHC no que se trata à moradia são os seguintes: o reconhecimento da cidade ilegal e a extensão dos direitos e da cidadania; o conceito de déficit que incorporou áreas ocupadas precariamente; a descentralização dos programas, porém sem uma legítima e fundada articulação entre os mesmos; a diversidade de programas, tais como: Pró-moradia, Habitar Brasil, Carta de Crédito Individual Associativa; Apoio à Produção. A Carta de Crédito Individual Associativa representou o maior destaque entre os programas. Cerca de 85% dos recursos administrados pela União destinados à habitação, foram consumidos pelo programa. Porém nenhum desses programas apresentou a repercussão esperada (2010, p. 11).

Diante desta ofensiva neoliberal, vale destacar as ações de mobilização e de resistência da classe trabalhadora brasileira e de seus movimentos sociais, como a greve dos/as trabalhadores/as da Petrobrás, que

Para se contrapor à política de privatização das estatais e desmonte dos direitos dos trabalhadores, as categorias do setor público decidiram realizar uma greve unificada. No dia 03 de maio de 1995, os petroleiros aderiram em massa ao movimento, somando-se aos eletricitários, telefônicos, trabalhadores dos Correios e servidores federais. Além da recuperação das perdas salariais e da preservação de

direitos, os trabalhadores lutavam contra a quebra dos monopólios do petróleo e das telecomunicações (FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS, 2022, s/p).

É importante também destacar o surgimento do maior movimento social urbano brasileiro pela moradia, o MTST, criado em 1997, na cidade de Campinas, estado de São Paulo, como uma versão urbana do MST. De acordo com Simões, Campos e Rafael (2017), o MST realizava, naquele período, discussões internas sobre a atuação do movimento no espaço urbano, a fim de efetivação da estratégia da reforma agrária, o que criou as bases para criação do MTST.

Em 1997, o MST organizou a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça para protestar contra o governo FHC e, sobretudo, para denunciar a impunidade e violência dos policiais no assassinato de trabalhadores rurais, em 1996, no Pará, que ficou conhecido como “Massacre de Eldorado dos Carajás”. De acordo com Goulart (2011), os militantes do MTST foram mobilizados pela primeira vez nessa marcha.

Em 2001, foi promulgada a Lei nº 10.257, que após 13 (treze) anos em tramitação no Congresso Nacional, regulamentou a política urbana proposta na Constituição Federal (BRASIL, 1988), pautada no planejamento participativo e na função social da propriedade, denominada de “Estatuto da Cidade”. Esta legislação foi considerada um marco, sobretudo, para os movimentos sociais, que reivindicam o direito à cidade e à reforma urbana, a partir de uma série de instrumentos urbanísticos, como o Plano Diretor, que visa coibir a especulação imobiliária. Além disso, o Estatuto da Cidade determina que o desenvolvimento urbano deve ocorrer com participação popular, princípio que não aparecia em legislações anteriores há décadas.

Em 2003, já na gestão do presidente recém-eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), dentre suas primeiras iniciativas, destacam-se a criação do Ministério das Cidades, uma demanda dos que lutam pela reforma urbana; e o projeto de urbanização e construção de moradias populares em Brasília Teimosa, comunidade urbana da zona Sul do Recife. Nos anos 1960, uma parcela da população de Recife “sem teto” ocupou a área, construiu mocambos e palafitas em terreno, considerado um valioso balneário das famílias aristocráticas e burguesas da cidade. À época, a população sofreu agressões e inúmeras ações de despejo empreendidas pelo poder público local, mas resistiu e permanece no local até a presente data. O nome da comunidade, Brasília Teimosa, decorre justamente da “teimosia” da população em

não abandonar o espaço de terra conquistado na luta e na resistência, no período em que a capital do Brasil, Brasília, estava em construção no Centro-Oeste do país. Finalmente, a população de Brasília Teimosa, que resistiu por mais de 04 (quatro) décadas às pressões da especulação imobiliária das grandes construtoras locais, teve suas reivindicações por melhores condições de moradia atendidas pelo Governo Lula.

Segundo informações da Empresa Brasil de Comunicação (2003), o presidente visitou o bairro, em janeiro/2003, acompanhado de todos os seus ministros e determinou investimentos na ordem de R\$16 (dezesesseis) milhões de reais, em parceria com a Prefeitura da Cidade do Recife. Em agosto deste mesmo ano, o ministro das Cidades, Olívio Dutra, assinou a ordem de serviços para execução de obra de requalificação e urbanização da comunidade, em cerimônia com a presença do então prefeito do Recife, João Paulo.

Entre 2004 e 2005, após a II Conferência das Cidades, o Ministério das Cidades implementou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHI) e o Fundo Nacional da Habitação do Interesse Social (FNHI). Como afirmam Oliveira e Moraes,

[...] a criação de mecanismos de regularização fundiária em imóveis públicos e o acesso de cooperativas e associações de moradores a recursos públicos para construção de moradias foram estruturados na Secretaria Nacional de Habitação com a finalidade de dar sustentação à Política Nacional de Habitação voltada para atender à população, em especial a de baixa renda (2019, p. 6).

Em 2009, o Governo Federal criou o programa de habitação popular de maior abrangência do país, o Minha Casa, Minha Vida (MCMV), com 02 (duas) linhas de financiamento: Uma para grandes empreendimentos habitacionais com a contratação de grandes empresas da construção civil; e uma para atender a associações, cooperativas e movimentos sociais, chamada de Minha Casa Minha Vida Entidades (MCMV-E). O MCMV foi lançado com a pretensão de construir 01 (um) milhão de moradias, com aporte financeiro de R\$34 (trinta e quatro) bilhões, para atender famílias de 03 (três) diferentes faixas de renda: 01 (um) a 03 (três), 04 (quatro) a 07 (sete) e 08 a 10 (dez) salários-mínimos.

Segundo Motta (2014), o programa foi criado com o objetivo de promover inclusão social por meio da habitação, assim como teve por objetivo estimular a criação de empregos e investimentos no setor da construção civil. Como em outras

políticas federais de moradia anteriores, no Governo Lula, a iniciativa privada assumiu papel fundamental no MCMV, pois 97% do subsídio público foi destinado à oferta e à construção de moradias pelas empresas, enquanto apenas 3% foram destinados a associações, cooperativas e movimentos sociais.

De acordo com Rolnik (2017), arquiteta e urbanista, a criação do MCMV, apesar de suas limitações, permitiu pela primeira vez que os pobres tivessem acesso a políticas de financiamento habitacional. Isto somente foi possível dado ao aumento considerável dos subsídios públicos para habitação, aprovados no Orçamento Geral da União. Segundo a autora (2015), em 2014, o Ministério do Planejamento já havia contratado 3,5 (três milhões e meio) de unidades e entregue 1,7 (um milhão e setecentas mil) moradias.

O MCMV lançado durante o segundo mandato do Presidente Lula, teve continuidade na gestão da primeira presidenta eleita, Dilma Rousseff, que lançou o MCMV II, em 2011, e o MCMV III, em 2014. Por fim, o MCMV cumpriu seu papel, foi bem avaliado por diversos setores da sociedade e impulsionou, em 2014, a reeleição da presidenta Dilma Rousseff para mais 04 (quatro) anos de mandato (2015-2018).

Em 2016, após o golpe parlamentar-midiático contra a presidenta democraticamente eleita, Dilma Rousseff, é destituída do poder e o então vice-presidente, Michel Temer, assume a Presidência da República e dá início à agenda neoliberal, com medidas que desmontaram diversas políticas sociais públicas, dentre estas, a política habitacional. Logo ao assumir, Michel Temer, publicou as Portarias nº 173/2016 e nº 258/2016, que modificaram a seleção das entidades contratadas pelo MCMV, que passou a ser realizada exclusivamente pela Caixa Econômica Federal. Anteriormente, a modalidade Entidades, definida pela Resolução nº 173/2015, delegava às prefeituras a responsabilidade de distribuir os recursos do MCMV e as terras para construção de moradias, de acordo com seus planos diretores e com os projetos apresentados por associações e entidades locais ligadas ao tema (GAZETA DO POVO, 2016).

À época, Rolnik (2017), que já foi relatora especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU para o Direito à Moradia Adequada, publicou um artigo destacando outras medidas tomadas pelo então Governo Temer, que restringiram o acesso ao MCMV.

As mudanças anunciadas pelo governo, aliadas à paralisação da produção de unidades para a faixa 01 do programa, à imposição de um teto para os investimentos públicos, reajustável nos próximos 20 anos apenas com base na inflação, ao aumento para R\$ 1,5 milhão do valor limite dos imóveis que podem ser financiados com recursos do FGTS, e também ao aumento do teto de renda familiar – agora de R\$ 9 mil – para conseguir financiamento via Minha Casa Minha Vida, fazem com que tenhamos regredido décadas nas políticas públicas de habitação para a população mais pobre. É que, com essas alterações, a política pública passa novamente a privilegiar as famílias com maior renda, sem que o Estado tenha qualquer fonte de financiamento para viabilizar uma política habitacional para os mais pobres (s/p).

Além do desmonte da política habitacional, o Congresso Nacional, com o apoio do Governo Federal, aprovou a Emenda Constitucional 95/2016, que congelou por 20 (vinte) anos o orçamento destinado às políticas de proteção social; e, apesar das manifestações contrárias da classe trabalhadora, aprovou a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), que criou uma série de medidas prejudiciais ao emprego formal, como as vagas intermitentes, temporárias, dentre outras (BRASIL DE FATO, 2017).

Em 2018, com a prisão do candidato mais bem colocado nas pesquisas eleitorais para presidente, foi eleito à Presidência da República, Jair Bolsonaro, político da extrema direita, conservador e reacionário às ações e políticas sociais de proteção da classe trabalhadora brasileira. A partir de sua posse, em janeiro/2019, foi iniciada uma série de cortes no financiamento das políticas sociais; foi aprovada a Reforma Previdenciária, que aumentou a idade de aposentadoria dos trabalhadores; e foram excluídos os representantes dos movimentos sociais de vários conselhos de controle social, a exemplo do CONSEA, do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, dentre outros.

No que se refere à política habitacional, particularmente o MCMV, no primeiro ano do governo Bolsonaro, seu orçamento foi reduzido para R\$ 4,6 bilhões, quando, até 2018, era em média de R\$11,3 bilhões. No final de 2019, foi realizado novo corte de orçamento do MCMV de aproximadamente 42% (BRASIL DE FATO, 2021, s/p). Sem orçamento, não há execução de qualquer política. Portanto, ao diminuir o orçamento destinado ao maior programa habitacional do país, Bolsonaro conseguiu paralisar as obras destinadas a faixa 01 (um) do programa (Entidades) e definiu novas regras mais restritivas de acesso ao programa. Por fim, em plena pandemia, em agosto/2020, em plena pandemia, o governo Bolsonaro lançou o programa Casa

Verde e Amarela, que em linhas gerais, extinguiu a faixa 01 (um) de acesso das pessoas que recebiam até R\$1.800 (mil e oitocentos reais).

A pandemia em um país de capitalismo periférico, como o Brasil, em meio da gestão de um governo ultraneoliberal e conservador, capitaneado por Jair Bolsonaro, causou impactos sem precedentes à classe trabalhadora. A má condução da política, da economia e da crise sanitária, sobretudo, ao negar a própria pandemia e o uso de máscaras protetoras; propagar *fake news*; incentivar a automedicação de remédio sem evidências científicas e aglomerações; e implementar cortes no orçamento das políticas sociais públicas, levaram o país a ter mais de 600.000 (seiscentas mil) mortes por Covid-19.

O aumento da fome, dos despejos, do desemprego e da população em situação de rua, aliado ao aumento dos preços dos alimentos e do botijão de gás, geraram ainda mais pobreza e miséria no Brasil. Diante dessa grave crise sanitária e social, diversos movimentos sociais brasileiros, a exemplo do MTST e do MST, mobilizaram seus membros e uniram forças para amenizar as expressões da questão social através de ações de solidariedade classista.

Apesar das orientações sanitárias para tentar bloquear a transmissão da Covid-19, os militantes desses movimentos sociais operacionalizaram campanhas para arrecadação e distribuição de alimentos, cestas básicas, máscaras, álcool gel; incentivaram a criação de hortas comunitárias agroecológicas; e realizaram ações educativas de prevenção da Covid-19, bem como de cuidados pessoais. Dentre essas ações, destacam-se as Cozinhas Solidárias do MTST, os Agentes Populares de Saúde e o “Mãos Solidárias” do MST. Com o mote “comida no prato, vacina no braço”, esses movimentos sociais também foram às ruas para denunciar a omissão do Governo Federal e pressionar pela implementação de políticas de distribuição emergencial de renda, compra de vacinas, distribuição de material para mitigar os efeitos da pandemia, dentre outras ações. Este cenário adverso impôs aos movimentos sociais uma atuação emergencial para “socorro” da população em situação de extrema vulnerabilidade em decorrência do agravamento da pandemia, como aponta Souto,

Um dos motivos que impulsionaram a imediata organização do MTST em torno dessas ações emergenciais, bem como a de diversos outros coletivos e movimentos, foi a inexistência de um programa de Estado que pudesse dar suporte básico aos mais pobres e que conseqüentemente seriam mais afetados pela crise (2021, p. 112).

À época, como orientação política nacional, o MTST reduziu drasticamente o número de novas ocupações urbanas e passou a pautar o direito à alimentação como sua política prioritária e a desenvolver ações de combate à fome. Esta experiência do MTST em Pernambuco será relatada no próximo capítulo.

#### **4 RELATO DE EXPERIÊNCIA COM AS COZINHAS SOLIDÁRIAS: REFLEXÕES E VIVÊNCIAS QUE ALIMENTAM A PRAXE**

Antes de realizar uma nova ocupação, os grupos internos do MTST (exp. Assessoria Jurídica, Brigada de Arquitetos e Coordenação Política) estudam por semanas a viabilidade da ocupação, inclusive, fazem avaliação da correlação de forças políticas, tanto públicas como privadas, dos locais a serem ocupados. A partir da ocupação, ou seja, da entrada em um terreno ocioso, uma de suas primeiras tarefas é a implantação de uma cozinha coletiva, considerada etapa tático-estratégica de construção de vínculos e solidariedade entre os ocupantes, prevista no método de trabalho do movimento.

A cozinha “é o coração de cada ocupação; é tão importante quanto às assembleias; e é o lugar de receber as pessoas com dignidade”, afirma Monika Ottermann<sup>4</sup> (SILVA, 2022). As cozinhas possuem perfil comunitário e são “responsáveis pela alimentação de centenas de famílias diariamente, além de se tornarem um importante local de sociabilização e tomada de decisões coletivas” (MTST, 2021, s/p).

Logo no começo da pandemia da Covid-19, em março/2020, com o isolamento das famílias em seus lares, diversos movimentos sociais lançaram campanhas de solidariedade para combater a fome, sobretudo, devido à falta de iniciativas públicas por parte do Estado brasileiro. Além de não ter tomado iniciativas públicas para o enfrentamento da fome com a pandemia, Bolsonaro desmontou o PAA e outras políticas de garantia da segurança alimentar e nutricional, que atendiam às classes populares.

Diante da grave crise sanitária e humanitária, o MTST passou a realizar distribuição de cestas básicas às populações nas suas ocupações e, posteriormente, às comunidades de baixa renda nas cidades onde o movimento estava organizado. No entanto, segundo Ottermann (SILVA, 2022), teóloga de origem alemã, radicada em São Paulo, desde 2017, e militante dos Setores de Organização, Captação de Recursos e Finanças e Relações Internacionais do MTST, a entrega de cestas básicas gerava sentimentos contraditórios de felicidade e de tristeza, uma vez que o alimento era garantido, mas não o seu preparo, devido ao alto custo do botijão de

---

<sup>4</sup> Informação verbal registrada em diário de campo durante a realização de estágio curricular.

gás de cozinha. Além disso, ela afirmou que “entregar cestas básicas não criava laços, não criava amizade”.

Em decorrência destes limites na distribuição de cestas básicas, o MTST desenvolveu projeto em nível nacional para distribuição de marmitas, denominado “Cozinhas Solidárias”; e inaugurou a primeira Cozinha Solidária, em março/2021, na Brasilândia, bairro da periferia da zona norte de São Paulo.

Desde a primeira Cozinha Solidária, o MTST planejou abrir 16 (dezesesseis) novos equipamentos, contudo devido à grave crise e à necessidade de combate à fome, até setembro de 2022, foram inauguradas 32 (trinta e duas) cozinhas solidárias em 11 (onze) estados<sup>5</sup> dentre eles, Pernambuco (APOIA.SE, 2023). Estes equipamentos, mantidos até a presente data, iniciou com a distribuição de apenas 100 (cem) refeições por dia (BRASIL DE FATO, 2021, s/p), mas já distribuíram mais de 1.228.020 (um milhão, duzentos e vinte oito mil, e vinte) refeições e mais de 857.491 (oitocentos e cinquenta e sete mil e quatrocentos e noventa e um) quilos de alimentos em todo o país (COZINHAS SOLIDÁRIAS, 2022, s/p).

As cozinhas solidárias são mantidas com 1) Financiamento coletivo, via plataforma colaborativa na Internet (apoia.se); 2) Doações de alimentos, cestas básicas, álcool gel e máscaras por pessoas físicas, comprometidas ou não politicamente com o movimento; 3) Colaboração de entidades parceiras, a exemplo do Sindicato dos Petroleiros de São Paulo, que contribui com cilindros de gás de cozinha; 4) Apoio de entidades internacionais, como a organização social alemã “Brasil Iniciativa”; 5) Trabalho de “formiguinha” de seus/suas militantes, que fazem mutirões para coleta de doações nos bairros no entorno onde existem as cozinhas solidárias; 6) Coleta de alimentos nas centrais de abastecimentos municipais e nas feiras de bairros (a chamada “xepa”); dentre outras iniciativas adotadas pelo MTST nas suas ocupações.

No que se refere às ações de solidariedade de classe do MTST em Pernambuco, estas foram iniciadas em 19 de março de 2020, em parceria com a ONG Fase (MTST, 2020). Somente neste dia, na Ocupação Carolina de Jesus (OCJ), situada no Barro, Zona Sudoeste do Recife, estas entidades distribuíram mais de 02 (dois) mil itens de material de limpeza, como sabão, detergente, água sanitária, papel higiênico, dentre outros (figura 01):

---

<sup>5</sup> Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima, São Paulo e Sergipe

Figura 01: Distribuição de kits de material de limpeza na Ocupação Carolina de Jesus (Recife)



Fonte: MTST Pernambuco, 2020.

Como na OCJ há uma creche comunitária, as famílias das crianças inscritas receberam kits de material de limpeza e cestas básicas, uma vez que o equipamento teve suas atividades suspensas, logo no início da pandemia. Estas ações de distribuição de kits de material de limpeza e de cestas básicas na OCJ foram mantidas até março/2021, com recursos próprios do Fundo de Solidariedade Sem Teto, criado pelo MTST. Por fim, ainda no começo da pandemia, em abril/2020, o MTST realizou ação pontual de distribuição de 50 (cinquenta) cestas básicas às famílias da Ocupação Cuca Legal, no bairro de Peixinhos, em Olinda (figura 02):

Figura 02: Distribuição de cestas básicas na Ocupação Cuca Legal (Olinda).



Fonte: MTST Pernambuco, 2020.

Já a instalação da primeira (e única) Cozinha Solidária de Recife ocorreu em 17 de maio de 2021, no bairro da Torre, zona oeste da cidade, em imóvel ocioso, que pertencia à PCR. A escolha deste local foi, principalmente, por descumprir por mais de 10 anos a função social da propriedade, prevista na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade (BRASIL, 1988; 2001).

Portanto, diferentemente das experiências dos outros estados, onde as cozinhas solidárias do MTST funcionam em ocupações do próprio movimento, a Cozinha Solidária da Vila Santa Luzia, como ficou conhecido o equipamento do bairro da Torre, é resultado de uma ocupação. Para que esta ocupação fosse bem-sucedida e se implantasse esta Cozinha Solidária, foi necessário a presença demais de 50 (cinquenta) militantes do MTST, mobilizados/às dentre os/as militantes da OCJ. Para mobilizar estes/as, foram realizadas 02 (duas) reuniões para expor sobre a necessidade de implantar uma cozinha solidária na cidade; discutir a radicalização do direito à vida e à alimentação; estimular a solidariedade de classe a ser protagonizada pelo MTST; e, sobretudo, avaliar os riscos da ação e planejar de ocupação.

Neste sentido, na madrugada do dia da ocupação, os/as militantes, com rapidez e dedicação, ocuparam o terreno e retiraram o mato e o lixo acumulado, dando uma nova imagem ao espaço anteriormente ocioso e degradado. O terreno onde se situa a Cozinha Solidária da Vila Santa Luzia é extenso e possui algumas construções, onde foram instaladas a cozinha e a dispensa. No local, o MTST pretende no futuro instalar espaços de socialização, biblioteca comunitária e horta urbana, que fazem parte do projeto “Cozinhas Solidárias” (MTST, 2022, s/p).

À época da ocupação, a Marco Zero Conteúdo, mídia alternativa do Recife, repercutiu a ação em matéria veiculada na Internet,

O projeto Cozinhas Solidárias tem o objetivo de oferecer pelo menos uma refeição por dia para os moradores das ocupações do movimento e outras famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social nos grandes centros urbanos. O também projeto promove cultivo de hortas urbanas comunitárias para abastecer as próprias cozinhas solidárias e garantir legumes e verduras saudáveis à comunidade do entorno. No imóvel ocupado desde a madrugada de segunda-feira, o movimento está instalando a nona Cozinha Solidária do MTST em todo país (2021, s/p).

Nos primeiros dias da ocupação, os/as militantes ficaram muito apreensivos, pois a Polícia Militar de Pernambuco, braço armado do Estado, se fez presente com postura intimidatória, na tentativa de desmobilizar e desmoralizar. Por outro lado, o que prevaleceu foram os sentimentos de solidariedade e de união, dando força a todos para continuar com os objetivos de instalar e manter a Cozinha Solidária para viabilizar a distribuição de alimentos à população local. O imóvel abandonado há anos pelo poder público local, passou a ter uma função social, protagonizada pelos militantes sem-teto, que ao atender a dezenas de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, deu sentido público sócio-assistencial àquela propriedade.

A primeira semana da ocupação foi decisiva para a manutenção da Cozinha Solidária na Vila Santa Luzia, pois representantes da PCR estiveram no local pressionando pela saída “espontânea” do terreno. Além da PCR, alguns assessores políticos de um membro da câmara municipal do Recife, com base política de apoio no entorno do bairro da Torre, vinculado ao partido do então prefeito, também estiveram presentes e fizeram veladas ameaças às trabalhadoras da cooperativa de recicláveis, vizinha à ocupação. Estes representantes alegaram que elas “não trabalhariam mais da mesma forma”, ou seja, iriam se prejudicar, caso dessem apoio à ocupação. Estas pressões não surtiram efeito, pois parcela significativa dos/as

moradores/as da Vila Santa Luzia e a determinação dos militantes do MTST “fincaram o pé” na ocupação e mantiveram a Cozinha Solidária e a distribuição de alimentos.

A PCR esteve presente na ocupação apenas nesta primeira semana e não voltou mais ao local até a presente data. Desde então, não houve negociações para reintegração de posse do terreno, nem muito menos acordos informais entre o órgão público e o MTST, mas a Cozinha Solidária com seu trabalho se tornou referência na Vila Santa Luzia.

Na primeira semana da ocupação, a distribuição diária de alimentos foi de uma média de 300 (trezentas) marmitas, sendo metade no café da manhã e metade no almoço, preferencialmente entregues às pessoas idosas, com criança de colo e com deficiência ou dificuldade de locomoção. As filas se formavam logo cedo, antes mesmo do horário de abertura da Cozinha Solidária; e por se tratar de período pandêmico, eram dadas orientações para uso de máscara, distanciamento social e evitar aglomerações (figura 03);

Figura 03: Fila de entrega de marmitas na Cozinha Solidária Vila Santa Luzia (Recife).



Fonte: MTST Pernambuco, 2020.

Nas semanas posteriores, o MTST adotou algumas medidas para o aprimoramento da relação com os usuários da Cozinha Solidária, a exemplo da aplicação do cadastro socioeconômico, elaborado pela coordenação local da ocupação e do movimento, que incluiu questões como raça, renda, benefícios

sociais e moradia<sup>6</sup>. Este cadastro social teve por objetivo conhecer a realidade de vida do público atendido de forma a viabilizar outras iniciativas por parte do MTST de inclusão social, como mutirões de orientação sobre direitos e serviços sociais; apoio jurídico e promoção da saúde. Esses mutirões realizados pelo MTST têm como bandeira de luta “Fazer o que o governo não faz”, segundo o movimento.

Em maio/2021, o cadastro social foi aplicado pelos próprios militantes do MTST, com o apoio da ferramenta *Google Forms*, e abarcou 165 (cento e sessenta e cinco) pessoas. Após a análise dos dados coletados, foi possível apontar o perfil dos usuários da Cozinha Solidária, majoritariamente composto por mulheres, negras, mães e usuárias de programas sociais de transferência de renda, com baixa escolaridade e, frequentemente, sem acesso à internet. No que se refere à moradia, muitos habitavam barracos e palafitas do Recife, ou seja, viviam em condições semelhantes antes das ocupações do MTST.

Nos primeiros meses, a Cozinha Solidária da Vila Santa Luzia passou a receber apoio de diferentes entidades e movimentos sociais, a exemplo da Federação Única dos Petroleiros, através dos Sindicatos dos Petroleiros da Paraíba e de Pernambuco, que fez doações mensais de botijões de gás; do MST, que doou dezenas de caixas de alimentos frescos, provenientes dos seus assentamentos e da agricultura familiar agroecológica; e da ONG Fase, que prestou outros tipos de apoios. Estes apoios e iniciativas evidenciaram a solidariedade classista dessas entidades, dos movimentos sociais e populares, entre eles, o MTST, para com a população do Recife e região, durante a pandemia.

---

<sup>6</sup> A elaboração no cadastro social contou com as contribuições do autor do presente TCC.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MTST é um movimento que surgiu na década de 1990, sob a hegemonia política neoliberal, que desafiava os/as trabalhadores/as brasileiros/as, em todas as esferas da vida social, e em particular, na luta por moradia e por Reforma Urbana. Durante a pandemia da Covid-19, este movimento social, fortemente ligado às demandas das populações carentes urbanas, passou a desenvolver iniciativas voltadas à segurança alimentar e nutricional para mitigar a fome em suas ocupações e locais de atuação, a exemplo das cozinhas solidárias.

A importância do projeto “Cozinha Solidária” foi reconhecido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), em dezembro/2022, que concedeu o prêmio *Healthy Childhood Challenge* (Desafio da Infância Saudável), pelo excelente papel de combate à fome de milhares de crianças no Brasil. O projeto “Cozinha Solidária” concorreu a esta premiação com mais de 100 (cem) projetos inscritos por diversos países.

A experiência de ocupação e instalação da Cozinha Solidária da Vila Santa Luzia foi fundamental à compreensão da dinâmica que envolve a relação teoria/prática. A teoria nos oferece subsídios analíticos críticos acerca da realidade, que devem orientar a prática, campo de intervenções, campo da práxis, que objetiva e subjetivamente, pode transformar a realidade e a nós mesmos/as.

Vivenciar na prática a organização cotidiana da luta de movimentos sociais e a solidariedade classista na montagem e na manutenção de uma Cozinha Solidária para prover segurança alimentar e nutricional à população vulnerável do Recife durante a pandemia; bem como ser partícipe da disputa (correlação de forças) entre um dos maiores movimentos sociais urbanos do país e o Estado, ainda que a nível local, na resistência para permanecer em uma ocupação, foram experiências de extrema relevância à compreensão de conteúdos teóricos apreendidos durante o Curso de Graduação em Serviço Social e, portanto, à minha formação profissional.

Em Recife, o MTST ousou e acertou na ocupação de espaço ocioso de propriedade do poder público municipal, particularmente, ao trazer à tona o debate sobre a função social de imóvel que estava em desacordo com o Estatuto da Cidade. Apesar de não ter ocupado com destaque a mídia oficial e as redes sociais, o MTST conseguiu pautar a relevância da ocupação e da Cozinha Solidária da Vila Santa Luzia para garantir segurança alimentar e nutricional à população em

vulnerabilidade socioeconômica da zona oeste do Recife; e, sobretudo, conseguiu mobilizar outros movimentos sociais em ações de solidariedade classista.

Por fim, a solidariedade classista norteia a atuação do MTST em todas as suas mobilizações, seja nas ocupações para garantia de moradia, seja na distribuição de alimentos nas cozinhas solidárias. Vale ressaltar que esta solidariedade é reconhecida e reivindicada como uma solidariedade ativa, que diverge totalmente da solidariedade embebida em um viés assistencialista. Portanto, durante a pandemia, a prioridade do foco de atuação do MTST, das ocupações às cozinhas solidárias, foi fundamental na garantia do direito à alimentação de milhares de pessoas em Recife e no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ANVISA. **Parecer Público de avaliação de solicitação de autorização temporária de uso emergencial, em caráter experimental, da vacina adsorvida covid-19 (inativada) – Instituto Butantan.** 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/arquivos/arquivos-vacinas-uso-emergencial/ppam-final-vacina-adsorvida-covid-19-inativada-butantan-2.pdf>.

Acesso em 12 jan. 2023.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BEHRING, E. Rosseti. **Brasil e Contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, E. Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, v.2, 2016. (Biblioteca Básica de Serviço Social).

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto.** 3ª ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10257.htm). Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** 31. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS): **Guia de Vigilância Epidemiológica do Covid-19.** 2023. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 12 jan. 2023.

BRASIL DE FATO. **Reforma trabalhista já prejudica trabalhadores, conheça alguns casos.** 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/12/01/reforma-trabalhista-ja-esta-prejudicando-trabalhadores-conheca-alguns-casos>. Acesso em: 10 abr. 2023.

CARTA CAPITAL. **Governo Bolsonaro destrói programa alimentar mesmo com avanço da fome.** 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/governo-bolsonaro-destroi-programa-alimentar-mesmo-com-avanco-da-fome-diz-site/>. Acesso em 08 fev. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do/a Assistente Social.** Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 10 jan. 2023.

COZINHA SOLIDÁRIA. **APOIA.SE,** 2022. Disponível em: <https://apoia.se/cozinhasolidaria?page=4>. Acesso em: 10 abr. 2023.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Movimentos Sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas**. IN: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo, Cortez, 2014.

EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO. **Governo investirá R\$16 milhões na urbanização da orla de Brasília Teimosa**. 2003. Disponível em: <<https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-08-15/governo-investira-r-16-milhoes-na-urbanizacao-da-orla-de-brasilia-teimosa>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

FEA-USP. **Pioneiros & empreendedores: Jorge Street**. S/d. Disponível em: <https://pioneiros.fea.usp.br/jorge-street/>. Acesso em: 28 mar. 2023.

FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS. **Marco na luta dos petroleiros, greve de 1995 completa 27 anos neste mês de maio**. 2022. Disponível em: <https://fup.org.br/marco-na-luta-dos-petroleiros-greve-de-1995-completa-27-anos-neste-mes-de-maio/>. Acesso em 21 mar. 2023.

FONTES, Virgínia. **Coronavírus e a crise do capital**. [Entrevista cedida a] ANDES-SN. Vitória: Adufes, 2020. Disponível em: <https://adufes.org.br/portal/noticias/28-andes/3425-entrevista-coronavirus-e-a-crise-do-capital.html>. Acesso em: 14 abr. 2023.

FRIEDRICH, Engels. **A questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

GAZETA DO POVO. **Caixa passa a selecionar os projetos do Minha Casa Entidades**. 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/futuro-das-cidades/caixa-passa-a-selecionar-os-projetos-do-minha-casa-entidades-7jru6eodu5kz7d616wzom5cov/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

GAMA, Yuri. **Habitação social e políticas urbanas durante aliança para o progresso no Recife na década de 1960**. Revista o Social em Questão. Rio de Janeiro. n. 53. p. 87-112, 2022. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/58504/58504.PDF>. Acesso em: 28 abr. 2023.

GARCIA, A. Valdemar; TUMOLO, P. Sérgio. **Pobreza: reflexões acerca do fenômeno**. Revista da ABET, [s. l.], v. 8, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/15261>. Acesso em: 20 jan. 2023.

GOHN, Maria da Glória. **500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor**. Rev. Mediações. v. 5. n. 1. p. 11-40, 2000.

GOMES, V. Dourado. **A Escola de Serviço Social de Pernambuco: 1940/1945: políticas de ação e ações políticas**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco – Programa de Pós Graduação em Serviço Social, 1987.

GONÇALVES, Renata. **Quando a questão racial é o nó da questão social**. Revista Katálysis, v. 21, n. 3, p. 514–522, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/JGPd8LQgf3yWcxfRRWwjtFN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2023.

GOULART, Débora Cristina. **O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto - MTST**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/100930>. Acesso em 20 jan. 2023.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez: CELATS, 41<sup>a</sup> ed., 2014.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2019**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2023.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2020**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2023.

KAKWANI, Nanak. **O que é Pobreza?** Centro Internacional de Pobreza, Brasília. 22<sup>a</sup> ed., n. 22. p. 01-02, 2006.

MARCO ZERO CONTEÚDO. **MTST ocupa terreno da prefeitura, na Torre, para criar cozinha solidária**. 2021. Disponível em: <https://marcozero.org/mtst-ocupa-terreno-da-prefeitura-na-torre-para-criar-cozinha-solidaria/>. Acesso em: 03 abr. 2023.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. Lisboa: Edições Nova, 1996.

MATOS, B. Marcelo. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. São Paulo. Expressão Popular, 2009.

MOREIRA, C. Fernandes.; LEME, A. Alessandro. **Direito à moradia: políticas públicas nos governos FHC e Lula**. Horizonte Científico, v. 5, n. 1, 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/12224/7101>. Acesso em: 13 mar. 2023.

MOTTA, D. Luana. **A questão da habitação no Brasil: Políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade**. Belo Horizonte. Grupo de estudos em temáticas ambientais, 2010. Disponível em: [https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA\\_Luana\\_-\\_A\\_questao\\_da\\_habitacao\\_no\\_Brasil.pdf](https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf). Acesso em: 10 jan. 2023.

MONTALVÃO, Camila Sobral Leite Lyra; FARIAS, Bruna Soares; PEREIRA, Evelyne Medeiros. **Questão Social e Serviço Social em Pernambuco nos anos 1940: A política contra os mocambos**. IN: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, v. 16. n.1, Brasília, 2019. Disponível em:

<https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1017/992>. Acesso em 02 abr. 2023.

**MTST. As cozinhas solidárias do MTST: refeições gratuitas e afeto nas periferias do Brasil.** MTST, 2021. Disponível em: <https://mtst.org/mtst/as-cozinhas-solidarias-do-mtst-refeicoes-gratuitas-e-afeto-nas-periferias-do-brasil/>. Acesso em 25 mar. 2023.

MTST PERNAMBUCO. [Sem título]. Recife. 19 de mar. 2020. Instagram: @mtstpernambuco. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B97d1SMHGSw/?igshid=MDJmNzVkMjY=>. Acesso em 17 abr. 2023.

MTST PERNAMBUCO. **Vakinha Nacional do MTST.** Olinda. 03 de abr. 2020. Instagram: @mtstpernambuco. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B-hNi5FHPRH/?igshid=MDJmNzVkMjY=>. Acesso em 17 abr. 2023.

MTST PERNAMBUCO. [Sem título]. Recife. 19 de maio 2021. Instagram: @mtstpernambuco. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CPEZ01FrFEP/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em 17 abr. 2023.

NALESSO, A. Patrícia. Pires; RIZZOTTI, M. Luiza. Amaral.; MUSTAFA, S. Machado. **Desmonte da proteção social: uma análise da implementação do auxílio emergencial.** *Temporalis*, [s. l.], v. 21, n. 41, p. 219–236, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34798>. Acesso em: 28 abr. 2023.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Ana Cristina. **Conservadorismo, Banco Mundial e Serviço Social: O (neo) desenvolvimentismo e as reformas sociais.** *temporalis*, [s. l.], v. 18, n. 35, p. 244–264, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/19761>. Acesso em: 16 abr. 2023.

OLIVEIRA, M. Maria; MORAES, M. Lúcia. **O direito dos movimentos sociais de moradia em construir sua casa no Brasil.** IN: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, v. 16. n.1, Brasília, 2019. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/78/69>. Acesso em: 03 abr. 2023.

PADILHA, B. H, Maria. **História da Escola de Serviço Social de Pernambuco: uma análise do projeto ideopolítico em articulação com a realidade pernambucana e brasileira dos anos 30 a 70 do século XX.** Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9308>. Acesso em: 12 fev. 2023.

PANDOLFI, C. Dulci. **Pernambuco de Agamenon Magalhães.** Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Editora Massangana, 1984.

REDE PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rede Penssan, 2022. Disponível em:

<https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

ROLNIK, Raquel. **Mudanças no FGTS e no Minha Casa Minha Vida: e os mais pobres?** Blog da Raquel Rolnik, 2017. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2017/02/23/mudancas-no-fgts-e-no-minha-casa-minha-vida-e-os-mais-pobres/>. Acesso em: 05 abr. 2023.

SILVA, da. H. Jefferson. **Diário de campo: registros acerca do estágio curricular**. Recife: [s. l.], 2022. 1 diário de campo.

SILVA, M. Ozanira da S. e; SOUSA, S. de Maria Pastor S.; LIMA, V. Ferreira Santos de A. **Auxílio emergencial e trabalho do Serviço Social no contexto da Covid-19**. Revista em Pauta, [s. l.], v. 19, n. 48, p. 107-123, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/60299>. Acesso em: 03 abr. 2023.

SIMÕES, Guilherme; CAMPOS, Marcos; RAFAEL, Rud. **MTST 20 anos de história: Luta, organização e esperança nas periferias do Brasil**. São Paulo: Autonomia literária, 2017.

SORDI de, Denise. **Cozinhas Solidárias são um recurso de sobrevivência**. Diplomatique, 2022. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/cozinhas-solidarias-sao-um-recurso-de-sobrevivencia/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

SOARES, Raquel Cavalcante. **Banco Mundial e a contrarreforma do estado brasileiro: as inflexões da responsabilização da sociedade civil no programa de DST/Aids**. Temporalis, [s. l.], v. 06, n. 12, p. 79-9-1, 2006.

SOUTO, Luisa. **Solidariedade na pandemia da Covid-19: estratégias de resistência do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)**. Revista Desigualdade & Diversidade, n. 20, p. 98-114, 2021.

TEIXEIRA, R. Vieira. **Uma crítica da concepção de política social do Banco Mundial na cena contemporânea**. Serviço Social & Sociedade, n. 104, p. 650–680, 2010.

YAZBEK, M. Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento**. Serviço Social & Sociedade, n. 110, p. 288–322, 2012.